

AS INCOERÊNCIAS NA ANÁLISE LINGUÍSTICA DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NA PERSPECTIVA NORMATIVA.

Márcia Rangel Alves de Miranda¹;
Claudia Viviany Leite da Silva¹

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
CAMPUS Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM*

Resumo: A gramática tradicional nos últimos anos tem sido questão de debate entre alguns pesquisadores da linguagem, tendo em vista que é dos componentes da língua é de suma importância o seu ensino, porém sua forma metodológica de ensino em sala de aula não está dando de conta de toda uma variedade da língua. Esta pesquisa tem como objetivo discutir o ensino de língua materna em sala de aula mais especificamente analisar algumas definições dos termos que a gramática normativa traz, mas apresenta incoerências quando analisamos a realidade dos fatos da linguagem. Sendo assim buscamos subsídio em alguns teóricos que trabalham com a língua e discutem essa relação com a gramática, como Ignácio (2003) que discute sobre a análise sintática e apresenta uma proposta de como analisar esses termos, que seria não apenas na sintaxe mais na morfossintaxe e semântica. Antunes (2015), Martelotta (2015), Pestana (2015) entre outros. Dessa forma analisamos alguns enunciados na perspectiva da gramática tradicional e apresentamos essas incoerências com as definições, podendo caracterizar que o ensino da gramática pode ser considerado como insuficiente, pois esta se limita mais em ditar regras e definições o que leva algumas incoerências que refletem na aprendizagem dos alunos. Considerar o contexto, e as relações que os termos estabelecem entre eles em uma análise sintática é fundamental para o ensino da gramática e respectivamente para uma análise linguística, pois é importante que os alunos compreendam o texto, o contexto e as funções e relações de todos os dados e os termos inseridos nesse contexto.

Palavras chave: Gramática tradicional, Análise sintática, Contexto.

¹Alunas do curso de Letras Português com licenciatura nas respectivas línguas, cursando o 7º período na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.



INTRODUÇÃO

Hoje estamos em uma época do modernismo, e para viver em sociedade sempre estamos em busca de novos conhecimentos. No entanto nosso país, o Brasil, não é de primeiro mundo, por tantos problemas, um deles é a má distribuição da renda per capita e outra maior ainda é a má administração governamental.

Uma das contribuições para um país bem desenvolvido é a educação de qualidade, pois com ela podemos fazer um futuro melhor, capaz de transformar uma sociedade. Com o advento das novas tecnologias, ensinar tem sido uma tarefa muito difícil principalmente para as escolas que não tem nenhuma estrutura de trabalhar com essas tecnologias.

Tendo em vista que o ensino de língua materna é indispensável em sala de aula, as teorias e discursões em torno da língua Portuguesa levadas à sala de aula, através de muitos livros didáticos tem como foco principal o ensino de gramática na perspectiva normativa. Porém quando o professor de língua Portuguesa chega à sala de aula, logo é apedrejado por palavra, que é uma matéria muito difícil, não gosta dessa matéria, e muitas outras coisas. Na verdade temos uma língua riquíssima e muito complexa, mas a grande maioria das vezes ela se torna o terror dos alunos por sua forma de ensinar, pelo o que é trabalhado, partindo de conceitos e classificações de orações, assim a matéria se torna um verdadeiro quebra-cabeça.

Com base em pesquisas bibliográficas, este trabalho tem como principal objetivo mostrar como a gramática normativa muitas vezes apresenta incoerências quando analisamos suas definições em alguns termos. E assim essa pesquisa aborda que a língua não é heterogênia e como a gramática faz parte dessa língua ela também não será fixa.

A gramática tradicional ou normativa é aquela que estudamos desde muito cedo na escola, em que aprendemos fazer análise sintática, a fazer a concordância adequada, e a seguir um padrão posto pela sociedade, ou seja, seguir um modelo que é considerado culto, aqueles mais privilegiados.

Sendo assim esse trabalho apresentará na primeira seção um percurso pela gramática normativa, algumas discussões teóricas sobre ela, em seguida faremos uma análise desses termos para questionamos as inadequações de como esses conceitos é posto em sala de aula e por fim daremos nossas considerações finais.



1. GRAMÁTICA UM PECURSO HISTÓRICO

O homem desde o princípio de sua origem se difere das demais espécies de animais existentes na terra principalmente e primordialmente por poder usar códigos, pela sua capacidade natural de adquirir a língua da sociedade de fala e dessa forma poder comunicar utilizando diferentes tipos de linguagem (verbal, gestual, mímicas, libras e dentre outras formas), e pelo fato de ainda poder através de um processo de ensino/aprendizagem adquirir a língua enquanto forma escrita, o que torna e caracteriza esse fenômeno como uma capacidade exclusiva dos seres humanos, que desde cedo são capazes de adquirir esse código complexo chamado língua. Como mostra Travaglia:

“A capacidade de usar uma língua é característica e caracterizadora da raça humana enquanto tal. Todos os seres humanos, excetuados os casos de patologia, são capazes de adquirir a língua da sociedade em que nasceram e/ou conviveram de uma forma que poderíamos chamar de “natural”, uma vez que não exige qualquer esforço consciente ou explícito”. (TRAVAGLIA, 2011, p.19).

Os avanços tecnológicos possibilitou aos seres humanos uma grande diversidade de formas de comunicação, o que antes parecia impossível no campo da comunicação com a tecnologia tornou-se possível e essencial para a vida do homem. Essa ampliação no campo comunicativo possibilitou a criação dos mais variados tipos de aparelhos de comunicação que permitem aos usuários não uma forma de poder distanciar a língua enquanto forma de interação entre os indivíduos, mas tem o objetivo de levar as mensagens com mais velocidade e precisão, afinal a língua é considerada o código base para os diferentes sistemas semióticos e a tecnologia é quem transporta esse código em diferentes formas.

Dessa forma o homem é considerado como um animal racional, político e portador de linguagem e que ainda de acordo com Chomsky é possuidor de uma gramática interna que possibilita a este organizar suas ideias em cadeia de fala bem estruturadas e dessa forma poder comunicar. Como afirma Neves (2002, p.18) “Ela está nele: na sua fala há uma gramática, que ele possui”.

O fato dos seres humanos ter essa capacidade de organizar seus pensamentos, suas ideias para poder comunicar não implica dizer que estes organizam os elementos linguísticos internamente da maneira que eles querem isso não é possível simplesmente porque na língua há restrições linguísticas, na qual permite ao falante relacionar os elementos não de forma



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

aleatória, sem sentido e sem nexos, mas pelo contrário estes são conhecedores da sua língua, do que pode ou do que não pode ser dito, conhecem a importância da construção do sentido e essas restrições ocorrem em todos os níveis gramaticais. Vejamos o que afirma Martelotta a respeito:

“[...] os falantes não combinam unidades de qualquer modo. Eles seguem tendências de colocação que parecem estar associadas ao conhecimento geral que possuem de sua própria língua, que lhes permite formular e compreender frases em contextos específicos de comunicação”.

(MARTELOTTA, 2015, p.44).

Dessa forma os usuários da língua não relacionam os elementos linguísticos de qualquer forma porque na língua há restrições e essas restrições de acordo com o referido autor ocorrem em todos os níveis gramaticais. Essas restrições, compreensões, formulações e descrições da língua podem ser compreendidas na/pela gramática, que por sua vez se constitui em diferentes formas, (normativa-tradicional, histórico-comparativa, estrutural, gerativa e cognitivo-funcional), sendo que cada uma dessas gramáticas é responsável para explicar a língua em diferentes concepções de acordo com o que cada uma apresenta.

Dessa forma, como nosso trabalho está voltado mais especificamente para a gramática tradicional, procuramos determinar um tópico exclusivo para essa gramática, essa tão conhecida gramática tradicional ou normativa que surgiu com inspiração na língua culta, isto é, nas línguas dos cultos e literários tendo como finalidade organizar através de regras e normas a linguagem, estabelecendo formas padrões da língua a serem seguidas. Como caracteriza Mattos:

Essa gramática procurou estabelecer as regras, consideradas as melhores, para a língua escrita, com base no uso que delas faziam aqueles que a sociedade considerava e considera os seus mais “bem acabados” usuários, os chamados “grandes escritores”, tanto poetas como prosadores. (MATTOS, 2000, p. 12).

Porém, apesar de ter inspirações em grandes escritores e caracterizar a arte do “escrever bem”, “falar bem” e servir de inspiração para muitos falantes da língua, a gramática normativa no ensino de língua materna vem sendo bastante questionada pelo fato inicialmente de ser uma espécie de terror dos alunos por ser considerada por eles como difícil, assim como também nas análises suas definições pode ser consideradas como “insuficientes” já que, por exemplo, em uma análise um adjetivo pode estabelecer a função de sujeito, isto quando levado em conta o contexto onde este está inserido. Procuramos no decorrer do nosso trabalho



abordar e esclarecer esses critérios que norteiam o ensino da gramática, mais especificamente como aborda o próprio título do trabalho as “incoerências na análise linguística do ensino de língua materna na perspectiva normativa”.

1.1 A GRAMÁTICA NORMATIVA

A língua sempre está presente na vida humana e não é de agora que ela é motivo de debates para grandes pesquisadores que trabalham com a linguagem. A partir do momento que alguns filósofos quiseram saber como a linguagem se manifesta nos indivíduos, isso fez com que surgissem várias teorias que trabalhassem com a linguagem, e assim era vista de várias formas, ou seja, vários modelos de abordagem foram surgindo. Como a gramática tradicional, gramática histórica, gramática estrutural, gramática gerativa e gramática funcional.

De acordo com Martelotta:

A chamada gramática tradicional, utilizada como modelo teórico para a abordagem e o ensino da nossa língua nas escolas, tem origem em uma tradição de estudos de base filosófica que se iniciou na Grécia antiga. Os filósofos gregos se interessaram por estudar a linguagem, entre outros motivos, porque queriam entender alguns aspectos associados à relação entre a linguagem, o pensamento e a realidade. (MARTELOTTA, 2015, p.45)

Podemos perceber que a gramática tradicional não é uma abordagem de agora, vem de muitos tempos, com isso foram surgindo novas gramáticas com olhares diferentes, mas ainda apesar de muitos professores conhecerem ou saberem que a gramática normativa não dá de conta de toda a variedade da língua continuam trabalhando no mesmo sistema, talvez seja por falta de material didático apropriado, mesmo os PCN apresentando novas orientações do ensino de língua materna continuamos no mesmo paradigma.

O PCN diz:

No mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos, é, mais do que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada. (PCN, 2000, p.20)

Conforme demonstra na citação, estamos em uma época de muitas informações em que o avanço da tecnologia deixa para trás quem não acompanhar essas evoluções, então é



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

como se fosse uma obrigação de cada um acompanhar essas evoluções, para garantir sua participação na vida social.

Essa gramática tradicional dada em sala de aula, através de livros didáticos tem como principal objetivo de “escrever bem”, “falar bem” e têm duas preocupações, a primeira preocupa-se com formular regras de boa linguagem para se ter um modelo para seguir, com base em alguns registros privilegiados, a segunda no plano de análise linguística a maior preocupação é em classificar e definir os termos.

2. AS INADEQUAÇÕES ENTRE AS DEFINIÇÕES PROPOSTA PELAS GRAMÁTICAS NORMATIVA E A REALIDADE DOS FATOS DA LÍNGUA

Quando falamos em análise sintática em sala de aula logo percebemos a aflição dos alunos em trabalhar com esse componente da gramática, o seu ensino tem provocado um embate nos alunos, que a nossa língua materna é a mais difícil de todas. Na verdade a nossa língua é muito complexa, mas também riquíssima, estamos diante de uma língua capaz de expressar nossos sentimentos, prazeres e podemos utilizá-la para atingir os fins que temos em mente.

De acordo com o gramático Pestana (2015, p.569), “Sintaxe é a parte da gramática que trata da ordem, da relação e da função das palavras na frase”. Por tanto a análise sintática é feita para organizar as palavras, normalmente nós falantes ordenamos essas palavras na ordem direta: sujeito, verbo e complemento. E quando partimos para as relações das palavras, logo se percebe que algumas palavras nos sintagmas não podem vir separadas, por exemplo, quando dizemos “As alunas do 1º ano, foram aprovadas na prova”. Então se alguém perguntar quem foi aprovada, a resposta será “As alunas do 1º ano”, percebe que a resposta não foi apenas “alunas” ou “as alunas”, pois as outras palavras mantêm relações com essa. E em relação à função, é a classificação sintática dos termos da oração.

A gramática tradicional na maioria das vezes generaliza algumas definições, como “Sujeito é o termo que pratica a ação verbal da voz ativa” e o “Objeto direto é o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal”.

Ao analisamos a oração: “Maria sofreu um acidente logo após sair do hospital”, de acordo com a gramática normativa o sujeito “Maria” era para praticar a ação verbal da voz ativa, porém o sujeito está na voz passiva, quanto ao objeto direto “Um acidente” não é o paciente da ação, com isso as definições são muito limitadas. De acordo com Ignácio (2003)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

é necessário que encontre um critério melhor para definir os termos, e a melhor solução é saber aliar o sintático ao semântico, e assim o autor diz em relação ao sujeito:

(...) não se deve perder de vista as relações sintático-semânticas, lembremos que o ensino se torna altamente produtivo quando o aluno percebe, por exemplo, que Sujeito nem sempre é o **agente**, mas que pode ser também o **paciente** (O povo sofre as consequências da inflação); o **instrumental** (Uma faca bem afiada cortou o bolo), o **causativo** (A dengue está matando muita gente); o **experimentador** (Fernando sente saudade de Brasília), e assim por diante. (IGNÁCIO, 2003, p.24)

Não podemos fazer uma análise pela análise, porque ela não levará o aluno à compreensão do texto, tendo em vista que com a análise sintática no ensino da língua escrita, permitirá ao aluno um melhor desempenho na elaboração das ideias. No âmbito da sintaxe se fomos analisar uma oração com palavras sem sentido algum, mesmo assim dará para classificar os termos, por exemplo, “A loncada catou mitro”, pela estrutura da frase pode-se retirar o sujeito, o verbo e o seu adjunto. Mais levando em consideração essa análise não vai servir de muito aprendizado para o aluno, nesse momento percebemos que ele aprendeu regras e definições, não é que seja desnecessário aprender as definições dos termos mais também necessitamos saber o sentido de um texto conhecer o contexto. Quando falamos em contexto, assim também a gramática, um dos elementos da língua também se apresenta em contexto, se falamos oralmente ou na escrita existe sempre uma interação social, quem fala, fala para alguém em um determinado ambiente, nunca falamos só. Diante disso Antunes diz:

Vale lembrar que essa contextualização da linguagem não implica apenas a inserção da ação da linguagem em um determinado contexto. Implica mais: implica admitir que o próprio contexto é elemento constitutivo dos sentidos expressos e, assim, a linguagem não é algo que existe “fora de contexto”, ajuntado a ele de fora para dentro, como algo adicional ou apenas acrescentado. (ANTUNES, 2014, p.40)

Outro ponto importante que Ignácio (2003) levanta em fazer a análise sintática é no ponto de vista das relações entre os elementos, desse modo colocar o aluno para entender as funções desses termos e mostrar que de acordo com o contexto que esses termos são colocados é que vai determinar sua função e sobre tudo compreender o que foi lido.

Ao analisamos o enunciado “Beba Coca-Cola bem gelada”. O objeto direto “Coca-Cola” faz uma relação com o verbo transitivo direto “Beba” e por esse verbo revela-se o sujeito que está oculto, já o predicativo do objeto “bem gelada” determina o sentido do substantivo “Coca-Cola”, por isso a importância de se estabelecer as relações entre os elementos, pode-se perceber que o termo “Coca-Cola” sintaticamente é um objeto direto e na



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

morfologia vai ser um substantivo, então fazendo essas relações entre os termos o indivíduo aprenderá as diversas classes gramaticais e perceberá as funções desses elementos.

Colocar o indivíduo para pensar nesses termos não apenas como suas definições mais como devem ser usadas na escrita, ou seja, na produção de textos e fazer um relação entre esses elementos não apenas na sintática mais também na morfossintática e semântica.

CONCLUSÃO

Apesar de refletir e representar a língua culta de grandes escritores literatos e caracterizar um modelo ideal de língua falada/escrita à gramática normativa também vem sendo motivo de questionamento principalmente quando se trata da área do ensino, mais especificamente do ensino de língua materna enquanto análise linguística. Pois quando se trata da análise linguística e/ou sintática a gramática normativa se preocupa mais em estabelecer definições e que em grande parte não leva em conta o próprio contexto linguístico, isto é, onde a língua se realiza. Considerar esse aspecto contextual é fundamental em qualquer análise do fenômeno linguístico, pois em muitos casos um adjetivo, por exemplo, pode exercer outra função que não seja a de adjetivo e isso só é possível se considerarmos o contexto, o texto, a própria língua, onde este está inserido.

Dessa forma, as definições impostas pela gramática normativa podem ser consideradas como “insuficientes”, quando relacionada principalmente para o ensino, pois quando se estabelece essas definições sem levar em conta o contexto, podemos nos deparar com algumas incoerências que irão refletir na aprendizagem dos alunos. Estes que por sua vez já vão para as escolas com concepções ideológicas, repressiva, e negativa da gramática tradicional e, sobretudo da análise sintática. Daí a importância de caracterizar novas formas metodológicas de ensinar a análise sintática no ensino de língua materna, já que ela vem causando um terror nos alunos, e essa dificuldade imposta pelos alunos pode ser explicado pela forma de como ela é ensinada nas escolas, como caracteriza Ignácio (2003, p.20) “Esse fato evidentemente, não se dá, por causa da matéria em si, mas graças aos procedimentos didático-pedagógicos adotados”.

Diante disso, podemos perceber que a forma de como a gramática é ensinada na escola é responsável por causar esse certo medo nos alunos, e que se utilizada outras forma de ensinar essa disciplina pode fazer a diferença, mostrar para o aluno que não basta apenas aprender as regras, ou fazer análise pela análise sem nem um objetivo, mas que possam levar em



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

consideração o contexto para assim compreender o texto as funções e relações de todos os termos inseridos nesse contexto. Não querendo dizer que as regras gramaticais não sejam importantes, mas é necessário que os alunos compreendam o contexto, e compreendam também que em muitos casos os termos podem assumir outras funções de acordo com o contexto que está inserido. Por isso a importância do ensino da sintaxe, pois esta de acordo com o referido autor é indispensável para a compreensão e desempenho da língua escrita, mas sempre deve ser ensinada partindo do critério que caracteriza as relações entre os elementos e sempre com auxílio de textos para análise. Assim, os alunos aprendem não apenas a definir os termos, mas caracterizam as relações existentes entre eles, e essa aprendizagem ganha ainda mais força quando os alunos conseguem estabelecer as relações morfosintáticas e semântica dos termos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Gramática Contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Mec / Semtec, 2000.

IGNÁCIO, S. E. **Análise Sintática em três Dimensões**. São Paulo: Ribeirão Gráfica, 2003.

MARTELOTTA, M. E. (Org). et al. **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS, R.V. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PESTANA, F. **A Gramática para concurso Públicos**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática ensino plural**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Disponível em ><http://canalternativo.blogspot.com.br/><acessado em 05/07/2016.